



MOEDA: Euro ↑ R\$ 5.3606

CLIMA: Cajazeiras ☁ 25.95°C

MARÉS: 🕒 23:33 ↓ 0,2m

🕒 13:54

Início > Política

MP investiga fraude em concurso e servidor fantasma em prefeituras

Reação

🕒 05/07/2019 🕒 19:16

Ouvir: MP investiga fraude em 00:00

O promotor de Justiça, Reynaldo Di Lorenzo Serpa Filho, determinou a abertura de um inquérito civil para apurar possíveis fraudes no concurso público realizado este ano pela Prefeitura de São José de Caiana, Sertão do Estado.

A Banca Fundação Vale do Piauí (FUNVAPI) atuou como organizadora do certame. A medida foi publicada na página 14, da edição do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público dessa terça-feira (2).

O promotor instaurou outro inquérito para investigar denúncia de possível caso de nepotismo e existência de funcionário fantasma na Prefeitura de Diamante, também no Sertão do estado.

COMPARTILHE     

Palavras Chave

[Após denúncias](#) [Fiscalização](#) [Irregularidades](#) [Ministério Público](#) [Portal Correio](#)

Relacionadas

POLÍTICA

Murilo Galdino projeta Hugo Motta como próximo presidente da Câmara Federal: "Quase consenso"

POLÍTICA

Senado adia votação de projeto que reduz tempo de inelegibilidade de políticos

POLÍTICA

Adriano Galdino revela 'censura' durante evento com Lula e leva alfinetada de Cida Ramos

INSEGURIDADE

1

Últimas Notícias

Concurso em Pernambuco é suspenso por fraude

A Promotoria do município de Passira acatou um pedido do Ministério Público de Pernambuco, que apurou indícios de fraudes no processo licitatório e aprovação de pessoas indicadas no concurso realizado pela Câmara de Vereadores de Passira em 2016

Leia Já | POR LARA TÔRRES | SEX, 19/05/2017 - 10:48

O Juízo da Comarca de Passira, município localizado no Agreste de Pernambuco, deferiu um pedido do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pela suspensão do concurso realizado em 2016 pela Câmara de Vereadores da cidade. De acordo com o MPPE, a suspensão foi pedida devido a denúncias de fraudes desde a contratação irregular da empresa Funvapi até a aplicação das provas, com o intuito de aprovar pessoas indicadas pelos vereadores.

Entre os réus, além da casa legislativa, estão a presidente da Câmara, vereadora Vanessa Chalegre Pereira; a empresa organizadora do concurso, Fundação Vale do Piauí (Funvapi); o advogado Joaquim Cordeiro Feitosa Neto, que prestava assessoria jurídica à Câmara; Ewerton Luís de Souza Santos, Severino Gabriel Pereira Neto, Nayara Paula da Silva e Josinaldo Moisés Neris, candidatos supostamente beneficiados no certame por indicação anterior à seleção pública.

De acordo com a Promotoria de Passira, o advogado Joaquim Feitosa Neto entrou em contato com três vereadores para conseguir apoio para o projeto de lei que criava cargos permanentes no município e em troca cada vereador indicaria uma pessoa para ocupar um cargo efetivo.

Continua após a publicidade

Na mesma reunião, de acordo com a promotoria, ficou acertado que a presidente da Câmara indicaria quatro pessoas e que o próprio advogado seria beneficiado com a aprovação para o cargo até então inexistente de procurador da casa legislativa. O projeto foi aprovado e promulgado como Lei Municipal sem seguir as determinações do regimento interno da Câmara.

O Ministério Público identificou irregularidades na contratação da banca de aplicação do concurso. Após a chamada pública, apenas a empresa Funvapi se apresentou para julgamento da proposta e foi declarada vencedora da licitação. No entendimento do promotor, a banca foi escolhida mediante fraude em licitação para permitir que as provas fossem manipuladas.

O MPPE também requereu em caráter definitivo que a Justiça anule o processo licitatório de contratação da banca, do concurso e de todas as nomeações recorrentes bem como a condenação dos réus nas penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa. A decisão foi proferida pelo juiz Paulo César de Oliveira Amorim.

Leia Já também

--> Policiais envolvidos em fraude de concurso são presos (<http://www.leiaja.com/carreiras/2017/05/09/policiais-envolvidos-em-fraude-de-concurso-sao-presos/>)

--> PF deflagra operação contra fraude em licitações em PE (<http://www.leiaja.com/politica/2017/05/11/pf-deflagra-operacao-contra-fraude-em-licitacoes-em-pe/>)

COMENTÁRIOS

PUBLICIDADE

Bandeira amarela é acionada para julho

(<http://m.leiaja.com/noticias/2024/06/28/bandeira-amarela-e-acionada-para-julho>)

ECONOMIA | 2024/06/28 18:00



Crise entre Raquel Lyra e Alepe sobre LDO chega ao Supremo


(<http://m.leiaja.com/politica/2024/01/31/crise-entre-raquel-lyra-e-alepe-sobre-ldo-chega-ao-supremo>)

(<http://m.leiaja.com/politica/2024/01/31/crise-entre-raquel-lyra-e-alepe-sobre-ldo-chega-ao-supremo>)


POLÍTICA | 2024/01/31 17:07

Após suspeita de fraude, justiça suspende concurso de prefeitura

A empresa organizadora do concurso, FUNVAPI – Fundação Vale do Piauí, teria cometido uma série de irregularidades durante o processo seletivo.

 04/09/2014 09:36

O Ministério Público Estadual recomenda a suspensão do concurso público que visa o preenchimento de 99 vagas ao quadro permanente e 189 para o cadastro de reserva de servidores da Prefeitura Municipal de Joaquim Pires, que dista 240 quilômetros de Teresina. O pedido foi acatado na segunda-feira (1) pelo Juiz Stefan Oliveira Ladislau, que determinou a interrupção imediata do certame.

De acordo com o Ministério Público, a empresa organizadora do concurso, FUNVAPI  “Fundação Vale do Piauí, teria cometido uma série de irregularidades durante o processo seletivo. Uma delas é a classificação de quatro parentes da prefeita do município, Regina Ramos (PT).

Superblend Canino

Anúncio Mais de 40 Superni

PETVI BR

[COMPRAR](#)

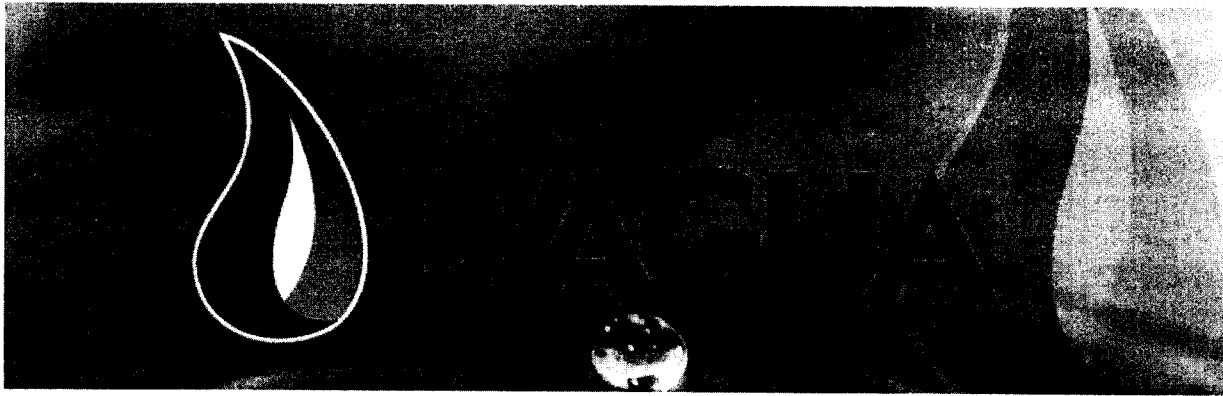
Saiba mais: 4 familiares de prefeita são aprovados em concurso municipal

O Juiz Stefan Oliveira ordenou que a prefeita Regina Ramos não convoque, nomeie, ou pratique qualquer ato destinados à contratação para os cargos ofertados no edital do referido concurso. O não cumprimento da decisão irá gerar multa diária de 10 mil reais aos cofres municipais.

Caso sejam comprovadas as irregularidades, o concurso será anulado. Mais de quatro mil pessoas se inscreveram no certame, que teve o edital lançado em março deste ano.



Quatro parentes da prefeita foram classificados no concursos.



Sexta-feira, 23 de Outubro de 2016

EMPRESA CONTRATADA PARA REALIZAR CONCURSO EM PETROLÂNDIA RESPONDE POR FRAUDE EM DIVERSOS MUNICÍPIOS

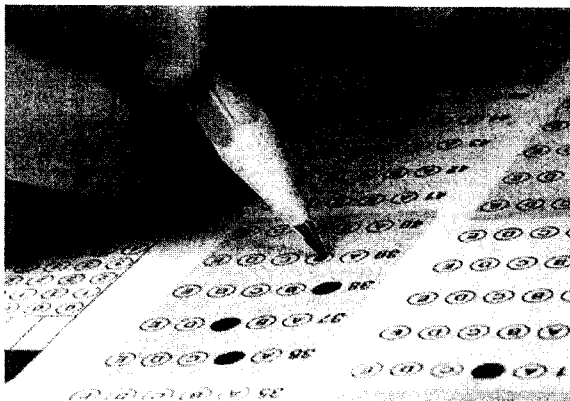


Imagem: Divulgação

Depois de muita espera e sob determinação judicial desde maio de 2015 (veja link ao final da matéria), a Prefeitura Municipal de Petrolândia, em Pernambuco, finalmente anunciou a abertura de concurso público Nº 01/2016, para preenchimento das vagas para Guarda Municipal.

PIAUI

Após suspeita de fraude, justiça suspende concurso de prefeitura

A empresa organizadora do concurso, FUNVAPI – Fundação Vale do Piauí, teria cometido uma série de irregularidades durante o processo seletivo.

acatamento e julgamento de recursos e listagem final classificatória dos candidatos aprovados. A banca organizadora **FUNDAÇÃO VALE DO PIAUI** – FUNVAPI responde por fraude em diversos estados como podemos conferir nas imagens e links ao final da matéria.

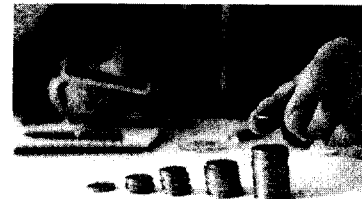
Anúncio de abertura do concurso:

adsense

- [Página Inicial](#)
- [INÍCIO](#)

Pesquisa

POR QUE MUNICÍPIOS NÃO PAGAM PISO DO MAGISTÉRIO ?



Denunciar abuso

Arquivo

outubro 2016 (26) ▾



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 - BLOCOS DIVIDIDOS

Imagem: Divulgação A indicação do pastor Ricardo Rodolfo como nome a suceder o prefeito Lourival Simões põe fim a um mistério e fec...



DELEGACIA DE PETROLÂNDIA MUDA NÚMERO DO WHATSAPP DENÚNCIA

A delegacia de polícia de Petrolândia informa que o aplicativo WhatsApp

Denúncia, mecanismo à serviço da sociedade no combate ao crime, ...



PLANO DE ESTELIONATO SANTA TERESINHA

Um casal de leitores procurou nosso Blog para denunciar a abordagem do PLANO DE ASSISTÊNCIA

FAMILIAR SANTA TERESINHA em nosso município ...

<http://www.concursoemaberto.com/2016/10/concurso-prefeitura-de-petrolandia-pe.html?m=1>

Determinação judicial para o prefeito Lourival Simões realizar o concurso:

<http://www.mp.pe.gov.br/mppe/index.php/comunicacao/noticias/ultimas-noticias-noticias/4110-petrolandia-justica-determina-imediata-realizacao-de-concurso-para-guardas-municipais>

Irregularidade da FUVAPI em Ouricuri:

<http://www.blogdoedy.com.br/empresa-denuncia-irregularidades-de-licitacao-no-concurso-publico-da-prefeitura-de-ouricuri-ao-mp-e-solicita-que-processo-seja-anulado/>

Fraude no Piauí:

<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/apos-suspeita-de-fraude,-justica-suspende-concurso-de-prefeitura-213598.html>

Em Joaquim Pires, concurso suspenso:

<http://revistaaz.com.br/juiz-de-joaquim-pires-suspende-concurso-publico-por-suspeita-de-fraude.html>

Concurso público de Crateús: candidatos denunciam supostas irregularidades ao MP

O Ministério Público (MP) de Crateús recebeu, nesta quarta-feira (30), denúncias de supostas irregularidades no concurso público da Prefeitura de Crateús. Destinado ao provimento de 260 vagas no quadro permanente do município, o certame está sendo organizado pela empresa Fundação Vale do Piauí-Funvapi, que aplicou as provas objetivas no último dia 20 de julho.

Prefeitura de Mossoró

Entidade que fará concurso é acusada de várias fraudes

A instituição contestada vai pleitear para realizar o concurso da Prefeitura de Mossoró, mediante nota n.º 17, de 22, a Fundação João do Vale do Piauí, e uma vez conhecido do órgão Ministério Público, deste Brasil, sempre o Ministério Público Estadual do RN (MPPE) também já se ocupou de situações semelhantes de sua atuação no estado.

As vagas ofertadas para nível de Técnico, Assessor Jurídico, Procurador Municipal e Fiscal do Procon através da Fundação João do Vale do Piauí-Funvapi do Piauí (CNPJ nº 04.791.044/0001-57) no concurso da Prefeitura de Mossoró, realizados sucessivamente, comprovadas no quanto segue:

O processo de seleção da Junta do Vale do Piauí-Funvapi do Piauí, como quebra esta medida de legalidade, conduta que Recurso nº 002/2012 do MPPE, da Fazenda Pública, assinada pelos promotores José Herói, Eduardo Medeiros e Fábio Theodoro AGUIAR.

acompanhe notas e comentários exclusivos sobre esse assunto em nosso Twitter [AQUI!](#)

Os promotores pedem a suspensão do processo e a sua extinção. Mas o governo da Prefeitura de Crateús, defende a legalidade do processo. O DEM e o PPS, não aceita a suspensão e a extinção do processo. MPPE, que se opõe. Mesmo a pedido do governo da Prefeitura de Crateús, o Ministério Público Estadual do Piauí, não conseguiu a suspensão do processo.

às outubro 21, 2016

Nenhum comentário:

Postagens mais visitadas



DELEGACIA DE PETROLÂNDIA MUDA NÚMERO DO WHATSAPP DENÚNCIA
A delegacia de polícia de Petrolândia informa que o aplicativo WhatsApp

Denúncia , mecanismo à serviço da sociedade no combate ao crime, ...



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016 - BLOCOS DIVIDIDOS

Imagem: Divulgação A indicação do pastor Ricardo Rodolfo como nome a suceder o prefeito Lourival

Simões põe fim a um mistério e fec...



NOTA DE REPÚDIO CONTRA PREFEITO DE TACARATU

Imagem: reprodução O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Tacaratu (SINTTAC), representado

pe pelo presidente Juarez Severino d...

Busque aqui seu conteúdo

(https://melhornoticia.com.br/fale_conosco)

EDITORIAS:

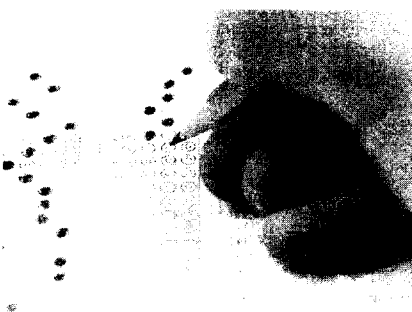
Você está em: **Inicial** (<https://melhornoticia.com.br/inicial>) » **Noticias** (<https://melhornoticia.com.br/noticia>) » **Interior** (<https://melhornoticia.com.br/noticia/ty9454/interior>) » **Acusada de corrupção, empresa realizará concurso em Limoeiro de Anadia**

INTERIOR Publicado em 30/06/2020 - 11h57min

Acusada de corrupção, empresa realizará concurso em Limoeiro de Anadia

Comentários (0)

A +A  



(https://melhornoticia.com.br/fotos_noticias/fotos/concurso_222.jpg)

Acusada de corrupção, empresa realizará concurso em Limoeiro de Anadia

Mais um concurso público em Alagoas está sob suspeita. Dessa vez o município que está no olho do furacão é Limoeiro de Anadia. Ao apagar das luzes de mais uma legislatura, o presidente da Câmara, José Valmir da Silva Filho, bancou a realização de um concurso público para o preenchimento de diversas vagas.

A questão é que a empresa que realizará o concurso, Fundação Vale do Piauí (FUNVAPI), é alvo de inúmeras acusações e representações no Ministério Público Estadual. O concurso em Limoeiro será no dia 17 de julho. Os concorrentes de nível médio serão avaliados pela manhã e os de nível superior no mesmo dia, só que no período da tarde.

A inscrição para nível médio custa R\$ 70,00, já o superior R\$ 90. Os cargos em disputa são: procurador, analista de controle interno, contador, auxiliar legislativo, agente administrativo, técnico legislativo, auxiliar de serviços gerais, motorista e vigia.

Sem credibilidade

Um dos casos que teve repercussão nacional foi o inquérito civil aberto pelo promotor de Justiça, Reynaldo Di Lorenzo Serpa Filho, para apurar fraudes no concurso público realizado FUNVAPI através da prefeitura de São José de Caiana, na Paraíba.

Há um ano, o concurso realizado pela FUNVAPI em São José de Caiana teve a lista de aprovados divulgada nas redes sociais, isso uma semana antes da prova avaliativa ser aplicada. O que scandalizou a cidade e as autoridades públicas.

Vários aprovados que estavam na lista são familiares de vereadores e ocupantes de outros cargos públicos no município, o que gerou mais suspeitas de favorecimentos políticos e irregularidades no certame.

Outro caso: aprovados na máfia

O Juízo da Comarca de Passira, município localizado no Agreste de Pernambuco, deferiu um pedido do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pela suspensão do concurso realizado em 2016 pela Câmara de Vereadores da cidade. De acordo com o MPPE, a suspensão foi pedida devido a denúncias de fraudes desde a contratação irregular da empresa FUNVAPI, a mesma que realizará o concurso da Câmara de Limoeiro de Anadia, até a aplicação das provas, com o intuito de aprovar pessoas indicadas pelos vereadores.

Entre os réus, além da Casa Legislativa, estão a então presidente da Câmara, vereadora Vanessa Chalegre Pereira; a empresa organizadora do concurso, Fundação Vale do Piauí (FUNVAPI) e o advogado Joaquim Cordeiro Feitosa Neto, que prestava assessoria jurídica à Câmara.

De acordo com a Promotoria de Passira, o advogado Joaquim Feitosa Neto entrou em contato com três vereadores para conseguir apoio para o projeto de lei que criava cargos permanentes no município e em troca cada vereador indicaria uma pessoa para ocupar um cargo efetivo. O esquema criminoso que vem sendo investigado em todo Brasil. Vale salientar: em vários municípios do Nordeste.

O Ministério Público identificou irregularidades na contratação da banca de aplicação do concurso. Após a chamada pública, apenas a empresa FUNVAPI se apresentou para julgamento da proposta e foi declarada vencedora da licitação. No entendimento do promotor, a banca foi escolhida mediante fraude em licitação para permitir que as provas fossem manipuladas.

O MPPE também requereu em caráter definitivo que a Justiça anule o processo licitatório de contratação da banca, do concurso e de todas as nomeações recorrentes bem como a condenação dos réus nas penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa. A decisão foi proferida pelo juiz Paulo César de Oliveira Amorim.

Apuração

Vários populares em Limoeiro de Anadia e regiões circunvizinhas estão revoltados com o concurso público realizado pela Câmara por uma empresa com tantos indícios de corrupção e condenação judicial.

A reportagem da Folha de Alagoas apurou que um grupo de vereadores devem ingressar com uma representação no Ministério Público na tentativa de barrar a realização do certame para resguardar a lisura do processo.

Outra questão que vem sendo discutida é uma ação judicial, pois ao que parece há falhas na contratação da FUNVAPI.

(Folha de Alagoas)

Gostou! Então compartilhe sua opinião.

Nome:

Digite seu nome

E-mail:

Digite seu e-mail

Comentário:

Digite seu comentário

Verificação:

Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade • Termos

Enviar comentário

Nenhum comentário cadastrado.

Seja o(a) primeiro(a) a comentar.



CONCURSO: Empresas habilitadas para concurso da Prefeitura de Macaíba, são envolvidas de forma direta ou indireta, em diversos esquemas e fraudes em diversos estados.



Após a Prefeitura de Macaíba - RN, publicar em seu Boletim Oficial Nº 1298, referente ao dia 24 de julho de 2017, quais seriam as empresas habilitadas a concorrer no certame (disputa), que escolheria qual delas irá organizar e realizar o concurso público de Macaíba, nós do Diário de Macaíba, fomos averiguar e investigar, como se deram alguns concursos públicos que foram organizados e realizados pelas respectivas bancas:

- **FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ - FUNVAPI**

- **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E TECNOLÓGICO - IDHTEC**

- **CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA**

- **AOCP - ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

Para o nosso espanto, todas essas empresas já tiveram problemas com o Ministério Público ou com a Justiça. Existem casos graves de fraudes, que foram parar na delegacia. Existe caso que deu origem a processo por improbidade administrativa no Estado do Pernambuco, cuja empresa "Fundação Vale do Piauí", é réu em uma Ação Civil Pública originada pelo MP - PE (<http://srv01.tjpe.jus.br/consultaprocessualunificada/#!/processo/00000543020178173070>). Em 2016 na cidade de Passira - PE, a Fundação Vale do Piauí - FUNVAPI, teve seu concurso para cargos na Câmara Municipal, suspenso por fraude, onde alguns vereadores de Passira - PE, estariam indicando pessoas para as vagas do "concurso" (<http://www.leijaja.com/carreiras/2017/05/19/concurso-em-pernambuco-e-suspenso-por-fraude/>). Essa mesma empresa, teve seu concurso suspenso na cidade de Joaquim Pires - Piauí, por envolvimento em fraude, cujo concurso, foram aprovados 04 parentes da prefeita à época, Regina Ramos do PT (<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/apos-suspeita-de-fraude,-justica-suspende-concurso-de-prefeitura-213598.html>).

Com relação a empresa "Instituto de Desenvolvimento Humano e Tecnológico - IDHTEC", a mesma é citada em diversas matérias de blogs do interior do Pernambuco (https://www.jusbrasil.com.br/diarios/74505135/djpe-20-03-2014-pg-1314?ref=next_button) e (<https://www.ouricuriemfoco.com.br/em-ouricuri-pe-o-sonho-de-receber-o-dinheiro-do-concurso-de-volta-e-o-sonho-de-fazer-um-novo-concurso-se-arrastaram-ate-o-momento/>).

Não distante de situações envolvendo a Justiça, está a empresa "Consulpam - Consultoria Público-Privada", onde esta, foi denunciada por candidatos do concurso público da cidade de Orocó - PE, onde o Ministério Público do Pernambuco, pediu na Justiça a suspensão do concurso público da referida cidade, para

Movida por pessoas,

Promotora apura irregularidades em concurso do Novo Santo Antônio

A portaria foi assinada pela promotora Márcia Aida Lima Silva, no dia 25 de janeiro deste ano.



Leticia Dutra
TIMON - MARANHÃO

30/01/2024 08h49 - Atualizada 10h00

A promotora de Justiça, Márcia Aída Lima Silva, instaurou inquérito civil para apurar possíveis irregularidades e/ou fraudes no concurso público realizado no município de Novo Santo Antônio, administrado pela prefeita Elisa Maria da Paz, mais conhecida como Elisa Paz. A portaria foi publicada no dia 25 de janeiro deste ano no Diário Oficial do Ministério Público do Estado (MPPI).

De acordo com a representante do órgão ministerial, as irregularidades foram identificadas após a conclusão do inquérito policial elaborado pelo Departamento de Combate à Corrupção (DECCOR).

Diante do constante acompanhamento e/ou fiscalização no certame público do município, o Ministério Público recebeu novos fatos com indicativos de possíveis fraudes por meio da instauração do Inquérito Policial 14188/2023 do DECCOR.

A promotora narrou que um procedimento administrativo foi instaurado após denúncia sigilosa apresentada por meio da Ouvidoria do Ministério Público, relatando que diversos parentes da prefeita foram aprovados e classificados no concurso.

"O concurso da prefeitura municipal de Novo Santo Antônio - PI contém indícios de irregularidades, em 28/11 do corrente ano, data da divulgação do gabarito parcial das provas objetivas circulou no aplicativo de mensagem WhatsApp a divulgação do gabarito no formato word, e somente horas depois foi divulgado no site da banca FUNVAPI no formato PDF, na data de 20/12/22 saiu a lista dos aprovados e classificados, constando vários parentes da prefeita como aprovados ou classificados na primeira colocação, aprovados nos cargos de assistente social SMS, enfermeiro ESF, psicopedagogo, classificado em 2 lugar Fiscal de tributos (filha) o aprovado e servidor público em outro município. O que faz ter indícios de fraude no certame", diz trecho da portaria.

Para apurar mais detalhadamente o fato, a representante do MPPI decidiu converter o procedimento administrativo em Inquérito Civil Público

Outro lado

O **Viagora** procurou a prefeita Elisa Paz para falar sobre o assunto, mas até o fechamento da matéria a gestora não foi localizada. O espaço permanece aberto para esclarecimentos.